

## Gênero e desenvolvimento na América Latina e Caribe: desafios para a CIPD além de 2014

*José Eustáquio Diniz Alves<sup>1</sup>*

O objetivo deste texto é contribuir para a atualização dos dados e o debate sobre as questões de gênero e desenvolvimento, tal como estabelecido no Programa de Ação (PA) da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD). Decorridos quase 20 anos desta importante Conferência, é preciso avaliar os conceitos adotados, o estágio de desenvolvimento e a situação das relações de gênero na América Latina e Caribe (ALC).

Considerada a região mais desigual do mundo, a ALC registra desigualdades regionais, de renda, de raça, de gênero, geração, etc. A novidade ocorrida na primeira década do século XXI é que estas desigualdades apresentaram tendências de redução. No caso das relações de gênero, houve não somente diminuição de algumas desigualdades, mas também reversão de outras, como na educação, em que as mulheres alcançaram os homens e agora ampliam a diferença em favor do sexo feminino.

No mercado de trabalho existe uma parcela de mulheres que alcançaram altas posições ocupacionais e salariais, enquanto grande parte da população feminina continua ocupada em atividades de baixa produtividade e em ocupações não remuneradas. Tais desvantagens decorrem da divisão sexual do trabalho, da segregação ocupacional e da discriminação salarial. Na política e nos espaços de poder, os avanços foram substantivos, embora a participação esteja longe da paridade. Portanto, as desigualdades de gênero continuam existindo, mas não são unidirecionais, pois têm aumentado as “desigualdades reversas” na América Latina e Caribe.

O desenvolvimento econômico e social é um processo de transformação estrutural da economia que, quando bem-sucedido, gera aumento do valor produzido por habitante – por meio da elevação da produtividade do trabalho – e possibilita avanços na educação, na saúde, nas condições de moradia e no bem-estar da população. Em geral, o desenvolvimento acontece de forma concomitante às transições urbana e demográfica (redução das taxas de mortalidade e natalidade). A mudança da estrutura produtiva é acompanhada pela alteração dos arranjos familiares e das relações de gênero. Particularmente importantes são as mudanças na situação da mulher na economia e na sociedade. As mulheres são cerca da metade da população mundial e, como já dizia Charles Fourier, há quase 200 anos não existe emancipação social sem a emancipação da mulher.

<sup>1</sup> Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE, Brasil, jose.diniz@ibge.gov.br.

Participar do desenvolvimento é não apenas um direito das mulheres, mas também uma condição para o próprio desenvolvimento. A contribuição feminina para a economia é cada vez mais reconhecida, mesmo nos meios empresariais, como afirmou Klaus Schwab, fundador e chefe-executivo do World Economic Fórum, de Davos, na Suíça, que fez a seguinte afirmação no prefácio do relatório do Global Gender Gap Index (GGGI), de 2009:

É mais importante agora do que nunca que os países e as empresas prestem atenção a um dos fundamentais pilares do crescimento econômico de que dispõem: as habilidades e os talentos dos recursos humanos do sexo feminino (WEF, 2009, p. V).

A CIPD do Cairo deu bastante ênfase à necessidade de políticas para promoção do empoderamento e da autonomia da mulher como forma de atingir a equidade entre os sexos, visando a construção de um desenvolvimento sustentável. O Programa de Ação da CIPD considerou que as mulheres estavam em desvantagem em todos os tipos de atividade na sociedade e que seria necessário assegurar o aumento da contribuição feminina para o desenvolvimento com seu pleno envolvimento nas seguintes áreas: educação; saúde; mercado de trabalho; participação social e política; e legislação que apoie a equidade e combata a discriminação de gênero.

O Plano reforçou, ainda, a necessidade de se garantir a melhoria do *status* da mulher para aumentar sua capacidade de tomar decisões na área da sexualidade e da reprodução. Sendo um direito, a maior autonomia da mulher nas questões reprodutivas facilitaria o processo de regulação da fecundidade e, conseqüentemente, contribuiria para a queda das taxas de natalidade. A transição demográfica foi considerada uma condição necessária para a decolagem do desenvolvimento sustentado e sustentável. Em relação às meninas, o Plano de Ação estabelece três objetivos:

- eliminar toda forma de discriminação contra a menina e as causas fundamentais da preferência por filho, o que resulta em práticas prejudiciais e antiéticas com referência ao infanticídio feminino e à seleção pré-natal do sexo;
- aumentar a conscientização pública do valor da menina e, ao mesmo tempo, fortalecer a autoimagem, a autoestima e o *status* da menina;
- melhorar o bem-estar da menina, especialmente com relação à saúde, alimentação e educação.

Quanto aos homens, o PA do Cairo considera que o sexo masculino estava em situação de vantagem na sociedade e participava pouco da vida reprodutiva e da família, deixando os maiores encargos das atividades reprodutivas e domésticas para as mulheres. Assim, o Programa estabelece: “O objetivo é promover a igualdade dos sexos em todas as esferas da vida, inclusive a vida familiar e comunitária, e incentivar e capacitar o homem a assumir a responsabilidade de seu comportamento sexual e reprodutivo e de seus papéis na sociedade e na família” (NAÇÕES UNIDAS, 1994, p. 53).

Portanto, não há dúvidas de que a CIPD do Cairo foi muito firme na defesa do empoderamento e da autonomia das mulheres. Adotou-se o diagnóstico de que o sexo feminino estava em desvantagem em todos os aspectos da vida, em relação aos homens, e caberia à população masculina uma maior participação nas atividades

reprodutivas e nos afazeres domésticos no âmbito da família. Porém, os dados apresentados a seguir mostram que as mulheres já superavam os homens em várias áreas (especialmente educação e saúde), sendo que tais “desigualdades reversas” estão se acentuando. Uma atualização do Plano de Ação, portanto, precisa abordar as desigualdades de gênero em ambas as direções, pois nem as mulheres estão piores em tudo e nem os homens estão melhores em todas as áreas. Uma sociedade com equidade de gênero não pode se sustentar em desigualdades reversas, ou seja, desigualdades a favor das mulheres não compensam necessariamente aquelas a favor dos homens.

Outro aspecto que merece mais atenção refere-se às desigualdades entre as próprias mulheres. Por exemplo, mesmo que o rendimento médio feminino seja menor do que o dos homens, existe uma parcela das mulheres que ganham mais do que os seus companheiros. Há também diferenças geracionais, sendo que algumas parcelas de mulheres jovens (25-34 anos), com curso superior, sem filhos, possuem rendimentos superiores ou semelhantes aos dos homens. Têm-se, ainda, diferenças de classe, raça e região entre as próprias mulheres, sendo que aquelas vivendo em famílias monoparentais, com filhos pequenos e no setor informal são, geralmente, as que estão em piores condições sociais. Os tipos de família e de conjugalidade afetam as relações de gênero.

Para elaborar políticas compatíveis com uma realidade cada vez mais complexa, precisamos entender os dados e averiguar onde existem equidades e onde estão as desigualdades de gênero, quer sejam a favor das mulheres ou dos homens. Considerando que gênero é um conceito relacional, seria preciso olhar para o processo de empoderamento não somente das mulheres, mas também dos homens, já que as antigas desigualdades convivem hoje com desigualdades reversas. Na prática, a equidade de gênero tem sido a exceção. Mulheres e homens precisam ser objetos de políticas visando uma situação de mais equilíbrio social, no sentido de evitar elevados diferenciais, por sexo, nos diversos indicadores sociais.

As três fontes básicas de dados utilizadas foram as da Divisão de População da ONU (UN/ESA, 2012), da Cepal (CEPALSTAT, 2013) e da Inter-Parliamentary Union (IPU, 2013). Devido à limitação de espaço, os gráficos que fundamentam empiricamente o presente estudo não serão mostrados neste artigo, mas podem ser consultados no *paper* “Population and changes in gender inequalities in Latin America”, apresentado na XXVII Conferência da IUSSP (ALVES; CAVENAGHI; MARTINE, 2013).

### **A transição demográfica na América Latina e o superávit de mulheres**

A transição demográfica acontece de forma sincrônica ao processo de urbanização e industrialização. Na América Latina e Caribe, a taxa bruta de natalidade (TBN) caiu durante todo o século XX e chegou ao seu nível mais baixo no quinquênio 2005-2010. A taxa bruta de natalidade permaneceu acima de 40 nascidos vivos por mil habitantes até meados da década de 1960, iniciando um processo de declínio constante, devendo atingir o crescimento populacional zero em meados do século XXI.

Como mostraram Chackiel e Schkolnik (2004), a transição demográfica aconteceu de maneira diferenciada entre os países da região, mas, em maior ou menor medida, todos os países da América Latina e Caribe já atingiram taxas brutas de natalidade baixas, alcançando seus menores níveis históricos. Já a taxa de fecundidade total (TFT) da ALC, que era de cerca de 6 filhos por mulher em 1960, está chegando ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher) no quinquênio 2010-2015 e deverá continuar caindo até algo próximo de 1,8 filho por mulher, em 2050, segundo dados da divisão de população da ONU. Desta forma, o chamado “fantasma malthusiano” não mais ameaça a região. A dinâmica populacional deixou de ser vista como um entrave ao desenvolvimento e a nova estrutura etária transformou-se em uma janela de oportunidade, já que a razão de dependência demográfica caminha para atingir seu nível mais baixo no quinquênio 2020-2025.

A melhoria das condições demográficas da ALC aconteceu conjuntamente com o avanço do *status* social das mulheres. As taxas de mortalidade infantil, que estavam em 135,8 óbitos por mil nascidos vivos, para os meninos, e 116,2 por mil, para as meninas, no quinquênio 1950-55, caíram para, respectivamente, 24,6 e 18,9 por mil, em 2005-10. Portanto, nos últimos 60 anos, a taxa de mortalidade infantil diminuiu e as meninas sempre tiveram menor mortalidade do que os meninos latino-americanos. Estes números contrastam com taxas mais elevadas de mortalidade infantil entre as meninas na China e na Índia, os dois países mais populosos do mundo.

Assim, quando o PA da CIPD fala sobre “Eliminar toda forma de discriminação contra a menina e as causas fundamentais da preferência por filho, o que resulta em práticas prejudiciais e antiéticas com referência ao infanticídio feminino e à seleção pré-natal do sexo”, isto parece não se aplicar para a ALC. Certamente, existem maltratos contra as crianças e a mortalidade infantil ainda é alta na região, para ambos os sexos, mas a ALC está muito longe de qualquer situação de “infanticídio ou fetocídio feminino”.

Na América Latina e Caribe, nascem cerca de 4% a 5% mais meninos do que meninas. Mas existe uma sobremortalidade masculina que já se manifesta no primeiro ano de vida. Esta sobremortalidade continua ao longo do ciclo de vida e tem se acentuado, de tal forma que a razão de sexo torna-se cada vez menor na região. Na década de 1950 havia, em média, um superávit de 50 mil homens na ALC e, até 1960, existiam mais homens do que mulheres na região, sendo que a partir desta data as mulheres passaram a ser maioria na população. Em 2010, a estimativa indicava um superávit de 7,4 milhões de mulheres e as projeções apontam para um superávit de 16,8 milhões de mulheres, em 2050, sendo que o maior excedente feminino está concentrado nas áreas urbanas.

A esperança de vida, de ambos os sexos, era de 51,3 anos na primeira metade da década de 1950, passando para 73,4 anos no quinquênio 2005-10. Na metade do século XX, a esperança de vida na ALC representava apenas 77,7% daquela atingida pelos países desenvolvidos, mas, na primeira década do século XXI, já chegava a 95,2%. Desta forma, houve um processo de convergência, sendo que a ALC reduziu

significativamente a diferença que existia em relação às regiões mais desenvolvidas, especialmente para o caso feminino. Contudo, a diferença entre a esperança de vida ao nascer feminina e a masculina, que era de 3,4 anos a favor das mulheres em 1950-55, aumentou para 6,4 anos no quinquênio 2005-10.

Os dados epidemiológicos mostram que, entre 1950 e 2010, na ALC, houve redução da mortalidade materna e aumento das mortes por causas externas (homicídios, agressões e acidentes de trânsito), especialmente para os homens. O resultado deste processo é o aumento do superávit de mulheres no conjunto da população da América Latina, sendo que a razão de sexo começa a cair rapidamente depois dos 15 anos de idade e o superávit de mulheres passa a ser crescente após os 25 anos.

A América Latina e o Caribe estão em processo avançado da transição demográfica, o que significa, também, que a região está passando por uma mudança na estrutura etária, com redução da razão de dependência demográfica. Existe uma janela de oportunidade na região, com a possibilidade de aproveitamento do “bônus demográfico”, caso as políticas econômicas e sociais propiciem a realização do potencial produtivo e cultural da população latino-americana. A dinâmica demográfica não tem sido um entrave ao desenvolvimento. Ao contrário, as condições demográficas estão favorecendo o crescimento econômico e a redução da pobreza e das desigualdades, inclusive das desigualdades de gênero.

### **A reversão do hiato de gênero na educação na ALC**

Segundo o Programa de Ação da CIPD do Cairo, capítulo IV: “Há 130 milhões de crianças não-matriculadas na escola primária e delas 70 por cento são de meninas”. Nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foi definida a seguinte meta: “Eliminar las desigualdades entre los sexos en la enseñanza primaria y secundaria, preferiblemente para 2005, y en todos los niveles de la enseñanza para el año 2015” (Meta 3A, ODM # 3).

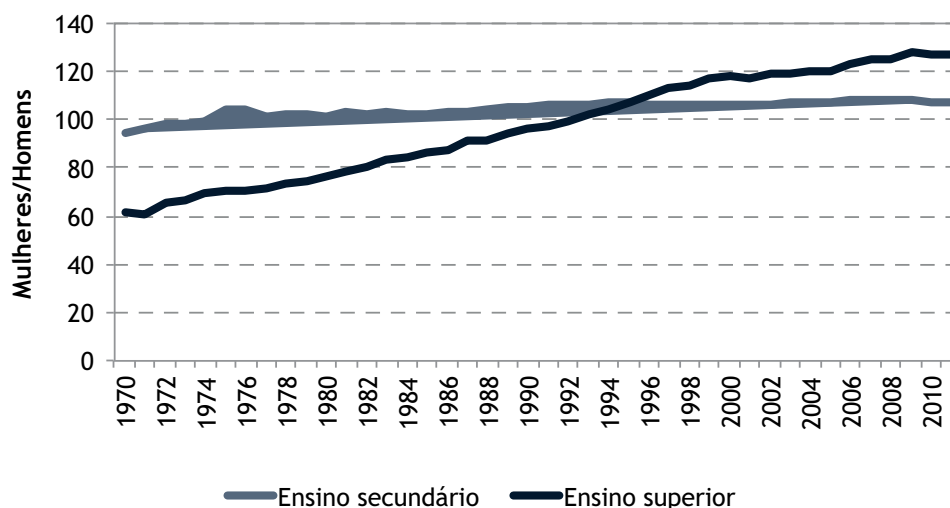
No passado, o acesso das mulheres à escola na ALC era limitado e elas tinham taxas de matrícula menores do que as dos homens. O processo de universalização das matrículas na América Latina e Caribe é recente e não está totalmente completo. Porém, nas últimas décadas, houve uma reversão do hiato de gênero na educação.

No decorrer dos últimos 40 anos, as taxas de analfabetismo caíram continuamente à medida que a cobertura escolar das gerações mais novas foi se ampliando. O analfabetismo entre as mulheres era muito mais alto do que o dos homens e esta diferença diminuiu, embora as mulheres mais idosas continuem predominando entre a população analfabeta.

A entrada maciça de mulheres nos diversos níveis de educação começou no ensino primário, prosseguiu com a maior presença feminina no ensino secundário e avançou com a ocupação crescente das vagas no ensino superior.

O Gráfico 1 mostra o processo de reversão do hiato de gênero na educação na América Latina e Caribe. Em 1970, havia 95 mulheres para cada 100 homens matriculados no ensino secundário e 61 mulheres para cada 100 homens no ensino superior. No primeiro caso, as mulheres ultrapassaram os homens em 1974 e, no segundo, em 1993. A desigualdade reversa ampliou-se e, em 2011, já havia 107 e 127 mulheres por 100 homens, respectivamente, nos ensinos secundário e superior.

Gráfico 1  
Relação entre homens e mulheres nos níveis de ensino secundário e superior  
América Latina e Caribe – 1970-2011



Fonte: CEPALSTAT (2013). Disponível em: <<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=185&idioma=e>>.

O processo não para por aí nos cursos de graduação. Com o maior número de mulheres com diploma superior, aumenta a competitividade feminina nos cursos de pós-graduação. Por exemplo, o Brasil, que é o país com a pós-graduação mais ampla da América Latina, formou 2.830 doutores em 1996 e 10.705 em 2008. As mulheres representavam 44,2% dos titulados em 1996 e ultrapassaram os homens a partir de 2004, chegando a formar 51,5% dos titulados, em 2008. Tudo indica que o caso brasileiro não é uma exceção na pós-graduação na América Latina e Caribe.

Porém, a maior presença feminina nos diversos níveis de ensino pode refletir uma dificuldade das mulheres em conseguir uma inserção adequada no mercado de trabalho. Neste caso, as maiores taxas de matrículas das mulheres poderiam ser uma estratégia de investimento em capital humano para adquirir melhores condições de competitividade no mercado de trabalho (ALVES; CORREA, 2009). Todavia, a continuidade desta tendência, no longo prazo, pode gerar uma situação de desigualdade entre homens e mulheres que é prejudicial para a equidade social.

Desta forma, os indicadores quantitativos da educação na ALC mostram que as metas da CIPD do Cairo e dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram não só alcançadas como também ultrapassadas, sendo que as mulheres das gerações mais jovens aumentam, ano-a-ano, suas vantagens em relação aos homens em todos os níveis de ensino.

## As desigualdades de gênero no mercado de trabalho na ALC

A crescente inserção das mulheres nas atividades do mercado de trabalho é uma das características do processo de desenvolvimento econômico na América Latina e Caribe. A urbanização, o crescimento dos níveis educacionais, a queda das taxas de fecundidade e o trabalho extradoméstico são tendências que se reforçam mutuamente. Na ALC, as taxas de atividade masculinas no mercado de trabalho ficaram estáveis entre 1990 e 2008, enquanto as femininas passaram de cerca de 40% para mais de 50%, no mesmo período.

Embora possa existir uma tendência de longo prazo rumo à paridade nas taxas de ocupação, para ambos os sexos, ainda há vários obstáculos que impedem a participação feminina, tanto pelo lado da demanda quanto da oferta. Processos de segregação ocupacional e discriminação salarial são marcadores de discriminação que limitam a participação feminina nas atividades produtivas. Por outro lado, a sobrecarga dos afazeres domésticos e das atividades da economia do cuidado aumenta os encargos femininos no âmbito da família e diminui a capacidade de oferta da força de trabalho das mulheres no mercado de trabalho. Portanto, existem restrições que precisam ser superadas para se atingir maior equidade de gênero nas atividades produtivas e reprodutivas.

Uma das restrições para a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho refere-se às maiores taxas de desemprego para a população feminina prevalecentes na região. O lado positivo é que o desemprego caiu e alcançou o nível mais baixo dos últimos 20 anos no final da primeira década do século XXI. O desemprego atinge principalmente as mulheres jovens e residentes em áreas urbanas. Outra restrição à inserção feminina no mercado de trabalho decorre do alto grau de informalidade das atividades urbanas na ALC. Metade da população economicamente ativa urbana está ocupada em atividades de baixa produtividade. A precariedade do trabalho estava aumentando até 2002 e começou a cair a partir desta data, mas durante todo o período as mulheres apresentaram taxas mais elevadas de trabalho precário.

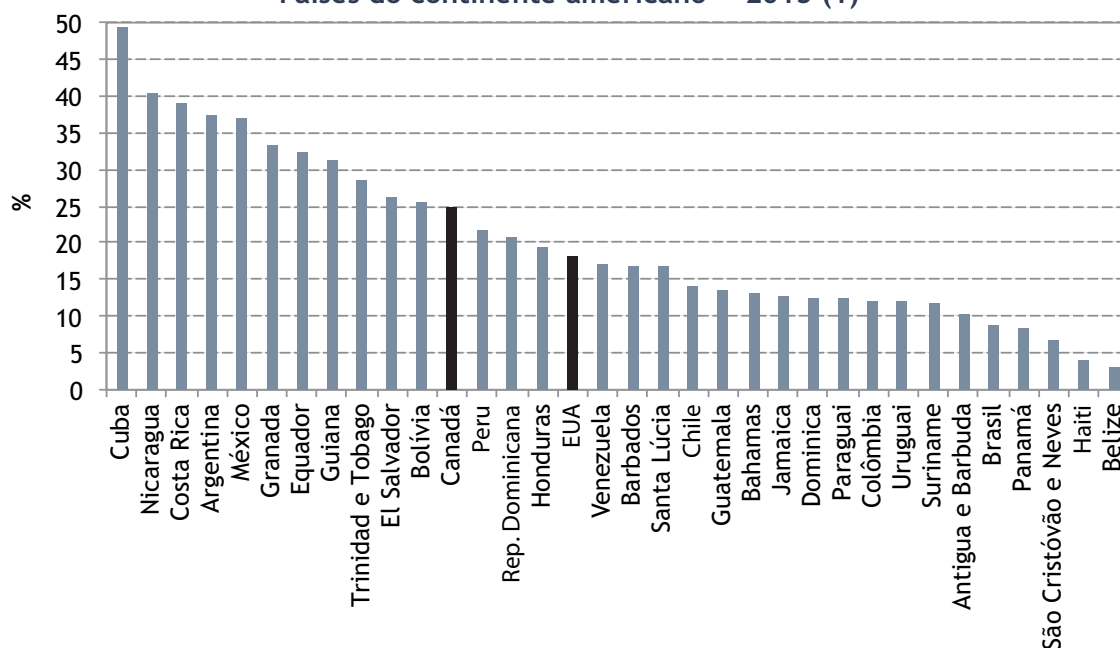
Porém, no geral, existe um quadro de redução das desigualdades de gênero e de avanço no *status* da mulher no mercado de trabalho na América Latina. Embora os avanços aconteçam de forma contínua, o ritmo de melhoria é lento. Algumas parcelas das mulheres apresentam progressos mais rápidos e outras permanecem em condições desfavoráveis. Há que se destacar que as diferenças salariais têm diminuído nas gerações mais jovens. Contudo, existe uma maior proporção de mulheres sem rendimento próprio, o que acontece devido ao maior envolvimento destas mulheres com as tarefas domésticas não remuneradas da economia do cuidado. A divisão sexual do trabalho mantém uma grande proporção de mulheres em ocupações sem remuneração, como cuidadoras, enquanto os homens são levados às tarefas remuneradas e a assumir o papel de provedores.

## O empoderamento das mulheres na política

O continente americano foi o que apresentou o maior avanço da participação feminina no Parlamento desde a IV Conferência da Mulher, em Beijing, que propôs a aplicação de políticas de cotas para reduzir o déficit democrático de gênero. Segundo dados da Inter-Parliamentary Union (IPU), as mulheres das Américas ocupavam 12,9% da Câmara de Deputados (ou instituição equivalente), em 01 de janeiro de 1997, e passaram para 24,4%, em 01 de abril de 2013, à frente das mulheres da Europa que representavam 23,7% na mesma data.

Dentro do continente Americano foram os países da ALC que apresentaram as maiores taxas de participação feminina nas Câmaras de Deputados. No topo da lista estão Cuba, Nicarágua, Argentina e México, todos com mais de 30% de presença feminina. Há 11 países na frente do Canadá e 15 na frente dos Estados Unidos. O Brasil, maior país da ALC, possui uma das taxas mais baixas de presença feminina no Parlamento.

Gráfico 2  
Porcentagem de mulheres no Parlamento (Câmara baixa ou unicameral)  
Países do continente americano – 2013 (1)



Fonte: IPU – Inter-Parliamentary Union.  
(1) Situação em 01/04/2013.

Além de estar na liderança mundial de participação feminina no Poder Legislativo, a América Latina tem conseguido eleger diversas mulheres para o cargo máximo do Executivo, neste início do século XXI. Michelle Bachelet foi eleita presidente do Chile para a gestão 2006-2010 e reeleita para a gestão 2014-2018, Cristina Kirchner venceu as eleições para a presidência da Argentina em dois mandatos (2007-2011 e 2011-2015), Portia Simpson-Miller tornou-se primeira-ministra da Jamaica (2006-2007), Laura Chinchilla ganhou a presidência da Costa Rica (2010-2013) e Dilma Rousseff conquistou a presidência do Brasil (2011-2014). Já os Estados Unidos, com 230 anos de democracia, nunca elegeu uma mulher para a Casa Branca, nem como presidenta e sequer como vice-presidenta.



Evidentemente, a participação feminina na política na América Latina está longe de alcançar a paridade de gênero na representação política (participação meio a meio para ambos os sexos), conforme proposta da X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, ocorrida em Quito, de 17 a 20 de agosto de 2007, e que foi reforçada pelo Consenso de Montevideo, de agosto de 2013. Contudo, a ALC (e a América como um todo) está à frente dos outros continentes no índice de participação política por gênero. O fato de a região ter avançado na construção de regimes democráticos, apresentar um superávit de mulheres na população e contar com mulheres com níveis de educação cada vez maiores pode explicar, pelo menos em parte, o avanço feminino nos cargos de representação política.

### Considerações finais

A principal lição que pode ser apreendida dos dados analisados neste texto é que as desigualdades de gênero não são unidirecionais. Ou seja, as mulheres não estão sempre em desvantagem em relação ao sexo oposto. Em algumas áreas as mulheres estão em vantagem quando comparadas aos homens, como nos casos dos indicadores de esperança de vida ao nascer e de educação.

Em uma região de grandes contrastes como a ALC, as condições sociais não diferem apenas entre homens e mulheres, mas também entre os homens e entre as mulheres. Isto quer dizer que existem parcelas das mulheres que possuem condições de vida, no geral, muito melhores do que diversas camadas da população masculina. Portanto, políticas para incentivar o empoderamento das mulheres, em abstrato, precisam tomar cuidado para não aprofundar as desigualdades entre as próprias mulheres. Por exemplo, políticas de cotas para aumentar a participação feminina na política podem reduzir as desigualdades de gênero, mas se as mulheres eleitas forem da mesma origem de classe (e até familiar) dos homens, então o resultado pode ser o aumento das desigualdades sociais intragênero.

Pela argumentação anterior, podemos dizer que não é eficiente a construção de políticas para reduzir as desigualdades de gênero, sem que se enfrentem as desigualdades sociais como um todo. Mas é preciso combater as bases que sustentam a divisão social do trabalho de maneira articulada com a redução da desigualdade sexual do trabalho. Para que as mulheres avancem na busca de melhores condições de emprego e salário, é necessário que os homens compartilhem de forma mais efetiva as tarefas da reprodução e da economia do cuidado.

Uma agenda para o pós-Cairo deveria estabelecer metas mais avançadas para lidar com as desigualdades de gênero remanescentes, com as desigualdades reversas e com as desigualdades intragênero, ou seja, entre mulheres e entre homens, em todos os seus recortes regionais, de geração, de cor/raça, etc. Antes que o processo de envelhecimento se manifeste em sua plenitude, a ALC precisa avançar na construção de um sistema de proteção social, na melhoria da qualidade de vida da população e na elaboração de relações de gênero mais equitativas para garantir a plena efetivação dos direitos humanos na região.

## Referências

- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S.; MARTINE, G. Population and changes in gender inequalities in Latin America. In: XXVII CONFERÊNCIA DA IUSSP. Busan, Coreia do Sul, 25 a 31 de agosto 2013. Disponível em: <<http://www.iussp.org/en/event/17/programme/paper/3575>>.
- ALVES, J. E. D.; CORREA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: ABEP. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas: Abep/UNFPA, 2009. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15\\_3alvescorrea.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15_3alvescorrea.pdf)>.
- CEPAL. Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade? In: XI CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. Brasília de 13 a 16 de julho de 2010.
- CEPALSTAT. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**, 2013. Disponível em: <[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/Portada.asp](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp)>.
- CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. América Latina: los sectores rezagados en la transición de la fecundidad. In: CELADE/CEPAL. **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile, 2004, p. 51-74.
- IPU – Inter-Parliamentary Union, 2013. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/world010197.htm>>.
- NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)**. Cairo, Egito, 5 a 13 de setembro de 1994. Disponível em: <[http://www.200.130.7.5/spmu/porta1\\_pr/eventos\\_internacionais/onu/Relat%C3%B3rio%20Cairo.pdf](http://www.200.130.7.5/spmu/porta1_pr/eventos_internacionais/onu/Relat%C3%B3rio%20Cairo.pdf)>.
- OECD. Perspectives on global development: shifting wealth June 2010. Disponível em: <[http://www.oecd.org/document/12/0,3343,en\\_2649\\_33959\\_45467980\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/12/0,3343,en_2649_33959_45467980_1_1_1_1,00.html)>.
- UN/ESA. **World population prospects: the 2012 revision**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>.
- WEF. WorldEconomicForum. **The Global Gender Gap Index (GGGI) 2009**. Switzerland, 2009. Disponível em: <<http://www.weforum.org/en/Communities/Women%20Leaders%20and%20Gender%20Parity/GenderGapNetwork/index.htm>>.